

1 ATA da Assembleia Geral Ordinária, do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, do
2 Município de Santos, realizada em 13/01/2026 (treze de janeiro de 2026), em segunda
3 convocação, às 9:42 horas, no auditório do Paço Municipal, 5º andar, praça Mauá. Houve uma
4 mudança de local devido ao elevador da Casa dos Conselhos estar com elevador quebrado.
5 Presidente Rubens inicia a AGO solicitando objetividade para darmos conta da pauta, que
6 estava extensa. **Pauta 1 - Apreciação e aprovação das Atas: AGO novembro e**
7 **dezembro/2025 e AGE de 25 de novembro de 2025:** as modificações e sugestões foram feitas
8 no próprio documento. **Pauta 2 - Apreciação e aprovação da revisão do Regimento Interno,**
9 **com novos competes:** Presidente pergunta aos presentes se tem alguma questão que
10 queiram apontar. Conselheira Marly explica que a PROJUR já deu encaminhamento no
11 Regimento, mas que precisamos apontar agora as novas missões e apresentar as novas três
12 comissões. Presidente explica sobre as novas comissões, sendo uma comissão para
13 acompanhar a questão da saúde, uma a questão da mobilidade e outra a questão da
14 Assistência Social, e pergunta se todos estão de acordo. Após as alterações, será enviado à
15 PROJUR. Neste momento faremos a revisão juntos. Conselheira Marly reforça que a PROJUR
16 já aprovou o regimento e que vamos enviar as alterações, olhando juntos para os competes.
17 Presidente inicia a leitura do documento. Conselheira Rosana faz algumas considerações,
18 sobre o conselho não ser executivo, e que precisamos olhar nessa perspectiva para não ser
19 equivocada, como no caso de definição de pauta pela Diretoria Executiva. Presidente coloca
20 é possível excluir o item. Conselheira Rosiran refere sobre o item 3, quanto a mobilidade, que
21 acredita ser um papel do conselho como um todo e não específico da Diretoria Executiva. À
22 Diretoria cabe o papel de estimular e garantir que ocorram. Conselheira Rosana, traz neste
23 mesmo item, a discussão sobre o compete do conselho e da diretoria quanto à mobilização,
24 vai além, assim como a gestão da informação. Sugere alterar a formulação da frase.
25 Conselheira Rosiran traz a mesma observação para o item quatro e reforça que a função
26 principal do Conselho é zelar para garantir o direito da pessoa idosa. À Diretoria Executiva é
27 dar o direcionamento. Presidente sugere a exclusão dos itens apontados e abre para a
28 votação. Item excluído pela maioria na plenária. Presidente segue na apresentação quanto às
29 câmaras setoriais e comissões temáticas, com foco nos competes. Reforça que cada
30 conselheiro deve participar de pelo menos uma câmara e uma comissão, da sua escolha.
31 Informa que os conselheiros de Organizações Sociais que tenham projetos pleiteando verba,
32 se afastem durante as avaliações dos projetos. Conselheira Rosana refere sobre o segundo
33 parágrafo que trata das comissões temáticas. Sugere incluir qual comissão deve o conselheiro
34 avaliador do projeto, se afastar em caso de avaliação de projeto. Conselheira Rosiran sugere
35 uma alteração que complete o parágrafo. Alteração feita com a mudança no parágrafo.
36 Presidente dá continuidade na leitura. Quanto às câmaras de legislação e planejamento, não
37 houve alterações. Na Câmara de Fiscalização, Conselheira Leila avalia estar complexo e que
38 parece algo de vigilância, com um teor de monitoramento, acompanhamento e orientação.
39 Sugere uma complementação no parágrafo. Conselheira Rosiran refere sobre a fala de Leila,
40 e do quanto é importante olhar para a legislação. O quanto os competes referem-se como
41 parte do poder público, necessitando então uma mudança na lei. Reforça que esse não é um

42 papel do Conselho. Presidente concorda com as ponderações e reforça a fiscalização quanto
43 a documentação e das visitas em conjunto com a vigilância. Precisamos minimamente saber
44 como as pessoas idosas estão sendo tratadas. Conselheira Marly Informa que o Estatuto da
45 Pessoa Idosa, no Art. 52 estabelece que a fiscalização é dos Conselhos da Pessoa idosa,
46 Ministério Público e Vigilância Sanitária. Conselheira Ana sugere incluirmos o parágrafo ao
47 invés que de excluir a palavra. Após breve discussão sobre o assunto e votação do colegiado,
48 o parágrafo permaneceu sem alterações. Quanto a Câmara de Financiamento, não houve
49 alteração. Conselheira Rosiran reforça sobre o cuidado de não assumirmos atribuições do
50 governo municipal, como darmos transparência e retorno do que é ofertado pelo poder
51 público, que é de responsabilidade do governo. Presidente diz que podemos auxiliar dando
52 visibilidade. Dando continuidade com a Câmara de Comunicação, onde podemos incluir a
53 divulgação de dados, para dar visibilidade. Sobre a Comissão de seleção de Projetos,
54 Conselheiro Renato sugere algumas alterações e Conselheira Leila sugere trocar a palavra
55 “subsídio”, no item quatro. Conselheira Marly sugere a troca por “acompanhar”. Conselheira
56 Rosiran traz que no item III, da comissão de monitoramento, a parte que refere identificar
57 riscos é outra atribuição do poder público, e que é uma tarefa muito complexa. Conselheira
58 Rosana traz que a comissão vai analisar o que está de acordo com os indicadores do projeto.
59 Sra. Letícia faz observação de que na comissão tem servidor do poder público. O item foi
60 excluído. Conselheira Rosiran sugere que todos revisitem o documento e traga na próxima
61 assembleia. Conselheira Marly diz que a comissão elaborou, todos receberam para a leitura
62 e que precisamos aprovar, pois já estamos há mais de um ano e não damos prosseguimento.
63 Conselheira Leila diz que entende a necessidade de aprovar, mas afirma a necessidade de se
64 manter as discussões. Sobre o que é ou não compete do conselho. Apesar da necessidade de
65 aprovação precisamos discutir o papel do conselho. Conselheira Marly traz sobre a Comissão
66 de Fluxo de Violência contra a Pessoa Idosa, que não está no documento. Conselheira Ana
67 Carolina ~~traz~~ reflete que no regimento não precisariam estar as comissões, somente as
68 câmaras, pois normalmente as comissões possuem tempo de duração. Presidente reflete que
69 é possível separar os documentos, mas as comissões de projetos e monitoramento, que
70 podem ser alteradas, são permanentes. Conselheira Marly sugere manter essas duas
71 comissões no regimento. Após alterações sugeridas o regimento foi aprovado pela plenária.
72 Presidente quer dar continuidade as pautas, mas reforça que devido a mudança de espaço,
73 temos apenas quarenta e seis minutos para encerrarmos. **Pauta 3 – Relato das Câmaras e**
74 **Comissões Temáticas:** Câmara de Fiscalização: Conselheira Leila apresenta que a última
75 reunião foi realizada em novembro, onde estabeleceram algumas ideias para 2026, como a
76 criação de procedimentos para as visitas institucionais e reunião com Sr. Maurício da
77 Vigilância Sanitária. Conselheira Marly completou que na AGO de dezembro foi apresentado
78 o planejamento e competes de cada câmara e que todas precisam ficar atentos aos prazos e
79 encaminhamentos necessários, e principalmente para sua composição. O que ~~não~~ ocorreu
80 em dezembro foi a distribuição do Guia para Acolhimento de Pessoas Idosas em
81 Vulnerabilidade Mental em vias Públicas, criado pela Secretaria. Conselheiro Renato informa
82 que essa é uma iniciativa da Saúde e Ministério Público, devido às denúncias e ocorrências

83 registradas. Possui esse documento digital e sugerimos ele impresso para o
84 compartilhamento. Câmara de Comunicação. Conselheiro Rene informa que a pauta da
85 reunião de dezembro foi o planejamento e a fala sobre múltiplas velhices. A próxima reunião
86 é na terça-feira da semana que vem, às 14 horas, e terá como tema o manual da rede de
87 divulgação. Câmara de Planejamento: Conselheira Ana relata que na última reunião da
88 Câmara consolidou o Plano de Ação e agora vão trabalhar os instrumentais para a avaliação
89 e monitoramento. Informa ainda, que solicitou sua saída da Coordenação da Câmara, por
90 motivos de novas atribuições em sua secretaria, mas permanecerá na Câmara. Conselheira
91 Leila traz uma complementação sobre a fiscalização, informando que quando vão às
92 entidades verificam se está tudo certo com a certificação da vigilância sanitária. E que vão à
93 título de orientação. Colaboradora Sra. Débora refere às Câmaras que veio com a proposta
94 de contribuir. Quando todos os presentes trazem informações, vê como um processo de
95 transformação e acolhimento. Acredita importante que se faça presente a lembrança de toda
96 essa potência. Chama a todos para compor as câmaras. Câmara de Legislação: sem
97 representantes nessa reunião. Conselheira Marly questiona aos presentes se tem algum
98 conselheiro que não esteja inserido nas Câmaras. Câmara de Comunicação, reforçamos que
99 a próxima reunião será dia 20/01, próxima terça-feira, às 14 horas no SESC. Câmara de
100 Fiscalização, a próxima reunião será na última quinta-feira do mês, dia 29/01. Quantos aos
101 conselheiros que não estão participando das reuniões, será enviado email. Conselheira
102 Rosana solicita o desligamento da Câmara de Planejamento. **Pauta 4 - Apreciação e**
103 **aprovação da Resolução Normativa sobre o Planejamento do CMDPI:** Conselheira Marly
104 refere sobre a proposta da Conselheira Ana Carolina de apresentação de uma Resolução
105 Normativa para o Planejamento Anual, garantindo que nas próximas gestões do conselho se
106 mantenha esse formato. Foi um processo rico, bem elaborado. Realizada a leitura do esboço
107 da resolução e após discussões, através de votação na plenária, foi aprovado. Conselheira
108 Leila sugere que em todas as AGOs, quando houver votação, se esclareça sobre o processo.
109 Somente vota os titulares, os suplentes votam quando o titular não estiver presente. **Pauta 8**
110 **- Indicação de Certificação: Sociedade São Vicente de Paulo, Residencial Vila Rica e**
111 **Residencial Amor à Vida II:** Com documentação necessária apresentada e demais processos
112 feitos, as entidades foram certificadas pelos presentes. Presidente informa aos presentes
113 sobre a importância de adquirirmos um equipamento que grava e transcreve as reuniões.
114 Custa em torno de dois mil reais. Sra Letícia complementa que é um gravador com Inteligência
115 Artificial. Sugere aprovarmos um valor de cinco mil reais por conta da morosidade dos
116 processos licitatórios, caso passe de dois mil reais. Aprovado. Encerramos a AGO às 11:53.

117

118

119

120

121

122

Rubens Petrônio Rolla Filho
Presidente

Aline da Silva Honório Alves
Primeira Secretária